

Pauta de reivindicações da Universidade Federal de São Carlos para políticas de educação, ciência, tecnologia e inovação com compromisso social

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), fundada há mais de 50 anos e composta por uma comunidade universitária com mais de 20 mil pessoas, entre estudantes, servidores docentes e técnicos-administrativos e prestadores de serviços, é responsável pela formação gratuita e de excelência de milhares de pessoas que contribuem com o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e com a inovação em todo o País.

Para a continuidade do exercício deste papel de transformação da sociedade e avanço tecnológico, é essencial que a Educação seja devidamente valorizada pelas políticas públicas do nosso País. É fundamental que os governantes atuem em defesa das universidades e institutos federais, respeitando sua autonomia, comprometidos com uma política de investimento financeiro que atenda às reais demandas das instituições e viabilize a democratização do acesso ao Ensino Superior - graduação e pós-graduação - e a permanência dos estudantes com qualidade na Universidade até a conclusão de sua formação.

Considerando que compete aos representantes eleitos pela sociedade garantir as condições mínimas necessárias para que a UFSCar, junto a outras Universidades Públicas, cumpra sua missão, contribuindo para o planejamento e a construção de um futuro em que as Instituições de Ensino Superior públicas sigam crescendo para atender a sociedade brasileira desde as suas necessidades de formação até a produção do conhecimento para solução dos grandes problemas apresentados à Nação, a Administração Superior da UFSCar registra sua pauta de reivindicações para políticas - nos âmbitos federal e estadual - em defesa do Ensino Superior público e de excelência e da Ciência, Tecnologia e Inovação em prol do desenvolvimento social.

1. Compromisso com a garantia da autonomia universitária

A UFSCar teve, nas eleições realizadas em 2020, seu reitor eleito (Prof. Dr. Adilson Jesus Aparecido de Oliveira) não empossado. Com isso, integra um conjunto com mais de 20 instituições que tiveram a autonomia para escolha de seu dirigente violada desde o início da atual gestão do governo federal. Diante desse ataque ao processo democrático de escolha do dirigente da Universidade por sua comunidade, é preciso garantir o compromisso com o processo democrático não só da escolha de dirigentes, mas também das demais decisões colegiadas que definem a política institucional das Universidades e Institutos Federais. Deve ser assegurada e respeitada a autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial das Universidades. Governos estaduais e federais podem atuar de maneira conjunta nesta pauta.

2. Compromisso com o Ensino Superior gratuito

O acesso gratuito ao Ensino Superior de qualidade vem sendo frequentemente ameaçado. Recentemente, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206 propôs o pagamento de mensalidades nas universidades públicas. Essa iniciativa é mais uma manobra para o projeto de desmonte das Universidades e Institutos Federais, que exige o Estado de garantir a política educacional de Ensino Superior, sua

responsabilidade, precarizando a Educação, ao inviabilizar o acesso universal e democrático à Universidade. É fundamental, portanto, o compromisso com o Ensino Superior gratuito e de qualidade, a partir da defesa do que está previsto na Constituição Federal, sem manobras para alterá-la.

3. Assegurar o financiamento adequado das Universidades

Desde 2015, com os sistêmicos cortes no orçamento, a UFSCar, assim como as demais instituições federais de ensino, tem tido grande dificuldade em garantir e ampliar suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Em 2021, tivemos um orçamento 21% menor em relação a 2020. Para 2022, o orçamento previsto foi R\$ 14 milhões inferior às demandas de custeio da Universidade (o que corresponde a 25%). Como se não bastasse o já deficitário orçamento, em 27 de maio houve bloqueio de 14,5% dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (posteriormente reduzido para 7,2%) – percentual que ultrapassa os 20% se considerarmos o que representa em relação aos recursos de custeio da UFSCar. O bloqueio estabelecido neste momento (da ordem de R\$ 4,6 milhões) resulta em esgotamento dos recursos da Universidade 1,5 mês antes do final do ano. Os sucessivos cortes e a incerteza da liberação de recursos inviabilizam o planejamento adequado das atividades da Universidade e resultam na suspensão de manutenções emergenciais e regulares, dos contratos de serviços, obras, dentre outros. É preciso assegurar para a Universidade os recursos necessários não apenas para que suas despesas sejam devidamente atendidas, mas sobretudo para que possa desempenhar o papel essencial que pode cumprir no desenvolvimento do País.

4. Compromisso com a garantia das políticas de democratização do acesso e da permanência estudantil na graduação e pós-graduação

A democratização do acesso ao Ensino Superior é fundamental para o processo de democratização do País, uma vez que permite que as diversidades que compõem a sociedade brasileira possam estar presentes nos mais diversos espaços de produção de conhecimento, decisão, e nas mais diversas profissões. Neste sentido, é fundamental a manutenção e o aprimoramento da Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Também é necessário retomar o investimento no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e transformá-lo em lei federal, pois hoje ele está regulamentado pelo Decreto 7.234/2010. Consolidar uma Política Nacional de Assistência Estudantil mais ampla e inclusiva e que acolha demandas de estudantes de pós-graduação e da modalidade EaD é extremamente importante para a garantia do sucesso de políticas de ações afirmativas nas universidades públicas. Também se faz importante retomar e fortalecer o Programa de Bolsa Permanência (PBP), que prevê bolsas de permanência para estudantes indígenas e quilombolas e que nos últimos anos teve seu orçamento reduzido. Prorrogar a vigência da Lei 12.990/2014, que garante cotas para pessoas negras nos concursos públicos, e fomentar programas de estímulo para que o objetivo da lei possa ser alcançado, são medidas fundamentais para ampliar a diversidade no funcionalismo público.

5. Viabilizar a ampliação de recursos humanos da Universidade

As universidades federais tiveram seus quadros de docentes (Banco de Professor Equivalente) e de servidores técnico administrativos (QRSTA - quadro de referência de servidores técnico administrativos) fixados por decreto em 2010, com alguns pequenos ajustes posteriores. No que diz respeito aos servidores TAs, ocorre que a extinção de diversos cargos e a vedação de contratação de outros ao longo dos anos, sem que fossem substituídos por cargos válidos, vem provocando um depauperamento da força de trabalho de apoio técnico que está inviabilizando a operação administrativa e também as atividades finalísticas das universidades que demandam suporte, por exemplo, de técnicos de laboratório. Urge a revisão dos quadros de referência, para recomposição da força de trabalho e também para correção de assimetrias observadas entre as diferentes IFES. A UFSCar é hoje uma das universidades federais com menor número de servidores TAs em relação a docentes e estudantes, o que determina uma sobrecarga de trabalho, com intenso desgaste das equipes, e inviabilidade de suporte técnico a qualquer proposta de expansão de oferta de cursos ou programas de pós-graduação.

6. Investir nos programa de fomento à pesquisa e inovação

Desde 2015, cortes sucessivos vêm impondo às universidades e institutos federais gargalos praticamente insuperáveis no que tange ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e produção de conhecimento em todas as áreas do saber, inovação científica e tecnológica. Em 2022, o MCTI recebeu um orçamento 44,76% menor do que em 2021, ano em que também houve cortes, seguindo a trajetória orçamentária descendente dos últimos 6 anos. No total, a redução representa cerca de 3 bilhões de reais, dos quais 2,5 bilhões seriam destinados ao Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Em 2022, com redução do orçamento do MEC prevista em pelo menos 802,6 milhões, os impactos sobre os financiamentos à pesquisa nos níveis de graduação e, sobretudo, pós-graduação, pós-doutoramentos e a pesquisadores são abissais. A situação das agências CAPES e CNPq é frágil na medida que suas capacidades de fomento vêm sendo abaladas sistematicamente.

Se em 1980 falava-se em uma década perdida, pelo estrangulamento dos investimentos em todos os setores da sociedade, acarretado pelo descontrole inflacionário, das taxas de juros e de câmbio e do endividamento externo, hoje assistimos ao mergulho do país na rota da antiprosperidade, engendrada por políticas que ao atingirem precipuamente educação desestruturam a longa trajetória de recuperação e inflexão da curva de mazelas, com desenvolvimento e crescimento que vivemos em tempos anteriores. Para que se tenha uma ideia da regressão histórica de investimentos nas áreas de educação, ciência e tecnologia, temos hoje uma verba estimada em 50% menor do que dez anos atrás.

A correção imediata dessas distorções, a revisão do teto de gastos e da própria admissão da relevância da educação, ciência e tecnologia são urgentíssimas. Desse modo, espera-se que futuros governos voltem a colocar o Brasil no ciclo virtuoso do crescimento, pautado pelo desenvolvimento econômico, social e ambiental, ao mesmo tempo pautado pelo respeito à diversidade, pluralidade e culturas, que devem embasar o exercício ético e responsável da produção do saber.

7. Garantir a manutenção da indissociabilidade entre formação e produção do conhecimento

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é princípio constitucional cuja concretização plena ainda guarda grandes desafios. Sua prática promove, ao mesmo tempo, a formação de qualidade, pelo contato com a fronteira do conhecimento em constante interação com as principais demandas da sociedade e, assim, com a realidade da prática profissional; a produção de conhecimento com excelência interna e externamente à própria Ciência; e o impacto social das instituições universitárias, por essa proximidade da realidade local, regional, nacional e, até mesmo, internacional. Periodicamente e, sobretudo, em tempos de crise e escassez, a indissociabilidade como definidora da prática e da própria existência das instituições públicas de Educação Superior, Ciência e Tecnologia é questionada, pela proposição, por exemplo, do investimento em ilhas de excelência, em universidades de pesquisa em oposição a instituições de ensino, dentre outros modelos similares. É preciso, neste sentido, compromisso não negociável com a indissociabilidade como princípios e com a oferta de garantias à sua concretização, o que passa pelo reconhecimento da riqueza da diversidade de nossas instituições públicas de Educação Superior, com suas inscrições e impactos em contextos regionais de desenvolvimento sustentável; pela retomada do processo de interiorização da formação de qualidade nos níveis de graduação e pós-graduação e da pesquisa e produção de conhecimento; pela estruturação das possibilidades de valorização das atividades de extensão universitária; e pelo investimento contínuo na democratização do acesso à Educação Superior (pela ampliação das matrículas e por políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil) com sustentação financeira e infra estrutural à concretização da indissociabilidade de atividades de ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

8. Ampliar a relação com os órgãos de fomento estaduais

A FAPESP deve ter o seu aporte de recursos preservado ou incrementado, uma vez que é a fundação de maior envergadura do país, seja por seu orçamento, que supera o das outras fundações estaduais, seja pelo rigor na proposição, aprovação e acompanhamento das propostas que fomenta, desde a iniciação científica a estágios consolidados de pesquisa, além de financiamentos à infraestrutura e chamadas especiais envolvendo CEPIDs, temáticos e outros projetos de maior fôlego. Em sua trajetória essa agência financia, em média, mais projetos das estaduais paulistas, com destaque, em geral, para USP, em primeiro lugar. Por serem mais jovens, as federais paulistas não encontram a mesma facilidade de “entrada” do que as IES estaduais, sobretudo em algumas áreas, o que gera distorções no financiamento ao ensino superior no Estado.

Entendemos, contudo, que a FAPESP pode ter um papel ainda mais transformador no fomento à pesquisa e à formação de quadros altamente qualificados no estado de São Paulo. Para isso, um caminho seria seu comprometimento com a Política de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, que ainda segue sem financiamento. Como fundação de amparo, a FAPESP poderia construir ações mais assertivas a respeito, como uma política de bolsas de mestrado e doutorado para ingressantes em Programas de Pós-Graduação via políticas de ações afirmativas.

9. Oferecer políticas de indução que fortaleçam o papel das Universidades para o desenvolvimento tecnológico, social e ambiental em suas regiões de atuação

A UFSCar, como parte do sistema das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) participou do processo de expansão e interiorização das Universidades Federais, que se deu a partir do REUNI. Seus novos campi foram projetados para contribuir de forma estratégica com o desenvolvimento regional, sobretudo a partir dos cursos ofertados e do desenvolvimento de Pesquisa e Extensão que se daria a partir das áreas de conhecimento ali instaladas. A UFSCar tem feito uma contribuição importante nas regiões em que está inserida, mas há um enorme potencial ainda a ser explorado. O investimento dos governos federal e, sobretudo, estadual pode promover uma espécie de consórcio entre municípios e Universidades Estaduais e Federais para o desenvolvimento do nosso Estado e Nação. A promoção da articulação e a garantia de financiamento podem ser estratégicos para que os principais desafios sejam superados, sobretudo no Estado de São Paulo. A FAPESP teria um papel central em qualquer ação dessa natureza.

10. Estimular a extensão universitária e reconhecer seu papel no fortalecimento das políticas públicas

Grande parte da contribuição da Universidade com a transformação e o desenvolvimento regional está na realização de suas atividades de extensão. Destacamos a importância da atuação das Universidades em articulação com a sociedade em ações não apenas voltadas para Educação, Economia e Saúde, mas também naquelas que valorizem e viabilizem trânsitos artísticos e culturais, pautados na diversidade e pluralidade que constitui a nação brasileira. Esse movimento é fundamental para a formação dos estudantes, em um primeiro nível, e para a formação de cidadãos críticos e atuantes, munidos de responsabilidade ética e social. Se de um lado a universidade é o lugar, por excelência, de construção de meios (científicos) para a transformação da realidade, deve ser também o palco que dá a vez para todos entrarem em cena. É pelos saberes da arte e da cultura que as verdades podem ser questionadas, transformadas em novas realidades, mais justas e humanamente viáveis.

Para que estes projetos sejam expandidos, é fundamental o incentivo dos governos estaduais e federais para atuarem como parceiros das propostas, auxiliando na sua consolidação e ampliação. Mais que isso, é fundamental que tais governos concebam todos os campos do saber como fundamentais a todos os cidadãos: da ciência de ponta à música; das altas tecnologias e desafiadoras patentes à literatura; dos estudos sócio-políticos aos saberes das culturas tradicionais e ancestrais. Do lado das Universidades, segue urgente a implantação de processo de institucionalização da Extensão Universitária em seu princípio de promover a interação transformadora entre a universidade e a sociedade.

11. Contribuir com a expansão do Hospital Universitário da UFSCar (HU-UFSCar/Ebserh)

O HU-UFSCar é cenário de prática, campo de pesquisa e inovação para cursos de graduação e pós-graduação, formando mais de 600 estudantes por ano na área da saúde, com potencial de expansão para outras áreas do conhecimento. O HU-UFSCar presta assistência integral à saúde de adultos, idosos e crianças

usuários do SUS com a oferta de serviços em regime de internação, urgência e emergência, apoio diagnóstico terapêutico, centro cirúrgico, unidade de terapia intensiva e em atendimento ambulatorial especializado, sendo referência para uma região composta por 24 municípios, com população de 1,1 milhão de habitantes. Para finalizar a implementação de sua estrutura total e o pleno funcionamento da sua capacidade, é necessário investimentos da ordem de R\$ 70 milhões para o término das obras que irão ampliar a oferta de serviços, como de 44 para 212 o número de leitos e o de 193 para 946 o de internações por mês.

Adiciona-se a isso, a necessidade de contratação de pessoal (precisamos passar de 359 para 1200 profissionais) e a garantia de recursos para o custeio mensal dos serviços que, atualmente, são insuficientes para o financiamento dos serviços. Atualmente, o HU-UFSCar recebe recursos da Ebserh, através do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf) e do Ministério da Saúde, através da contratualização municipal. Os recursos do teto MAC (média e alta complexidade) do município de São Carlos são insuficientes para o custeio dos novos serviços, sendo premente a contratualização com o Estado de São Paulo. Essa parceria garantirá a cobertura regional dos atendimentos, retroalimentando a viabilização do Hospital Universitário no cumprimento de sua missão.